

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
DIRETORIA REGIONAL DE BRASÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PATRÍCIA AZEVEDO FEITOSA

**PROPOSTA DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA  
OU INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
EM COMUNIDADE RIBEIRINHA NO ACRE**

Brasília  
2008

<b>FIOCRUZ DIREB</b>	<b>MONOGRAFIA PROJETO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>PATRICIA AZEVEDO FEITOSA</b>	<b>2008</b>	
--------------------------	--	---------------------------------	-------------	--

**PATRICIA AZEVEDO FEITOSA**

**PROPOSTA DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA  
OU INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
EM COMUNIDADE RIBEIRINHA NO ACRE**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Diretoria Regional de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas de Alimentação e Nutrição.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria do Carmo Soares de Freitas,  
Doutora em Saúde Pública

**Brasília  
2008**

Ficha Catalográfica elaborada por  
Vanessa Luiz Neunzig – Bibliotecária CRB 1/2.175

F311p FEITOSA, Patrícia Azevedo  
Proposta de diagnóstico da situação de segurança  
ou insegurança alimentar e nutricional em comunidade  
ribeirinha no Acre / Patrícia Azevedo Feitosa — Brasília:  
[s.n], 2008.  
45 f.

Monografia (Especialização em Gestão de Políticas de  
Alimentação e Nutrição) – Programa de Pós-graduação  
em Saúde Coletiva, Diretoria Regional de Brasília, 2008.

1. Acre. 2. Antropologia Cultural. 3. Diagnóstico da Si-  
tuação de Saúde em Grupos Específicos. 4. Perfil de Sa-  
úde. 5. Segurança Alimentar e Nutricional. I. Título.

**CDD: 612.39**

PATRICIA AZEVEDO FEITOSA

**PROPOSTA DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA  
OU INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
EM COMUNIDADE RIBEIRINHA NO ACRE**

Brasília, 23 de julho de 2008.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. M<sup>a</sup>. do Carmo Soares de Freitas,  
Doutora em Saúde Pública  
Universidade Federal da Bahia  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Denise Cavalcante de Barros  
Doutora em Saúde Pública  
Escola Nac. de Saúde Pública/ FIOCRUZ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Giliana Betini  
Doutora em Saúde Pública  
UNIPLAC e FIOCRUZ/Brasília

Para Leon, meu filho,  
que dos oito aos dezenove meses suportou  
bravamente minhas ausências. Com amor.

Às minhas amigas Lillian D'ávila, Cleisa Cartaxo,  
pela ajuda, apoio e colo em todos os momentos,

À minha Chefe e amiga Gerlivia Maia Angelim,  
pela compreensão e estímulo,

Aos meus irmãos Ana Regina, Danielle e Paulo Vinicius,  
que são o que restou da nossa família,  
por existirem,

Muito Obrigada.

## Agradecimentos

Ao Secretário Adjunto de Estado de Saúde do Acre,  
Prof. Sérgio Roberto Gomes de Souza  
pelo apoio institucional e confiança;

À minha amada Tia,  
Graça Azevedo,  
pela força, pelo carinho, por tudo.

Às minhas queridas e amadas amigas  
Djallene Rebelo e Geórgia Lima,  
pela amizade, apoio e suporte técnico;

Aos meus colegas de Divisão e Departamento:  
Ruth Lima, Adriana Salomão, Márcia Silva, Wilmington Bispo,  
Adriana Lobão, Relben Ferreira e Deltirene Cardoso  
pela paciência e apoio;

À Professora Denise Oliveira,  
pelo estímulo voluntário e involuntário, inspiração e força;

À Amada Professora Carminha Freitas,  
por ser o que é, pelo apoio, pela inteligência e brilhantismo,  
e pelo conforto;

Ao Governador Binho Marques  
por inspirar-nos todos em busca de um Acre melhor e

Às minhas colegas do Curso GEPAN:  
Cláudia Montal, Juliana Cabral, Juliana Bruno,  
Cristina Albuquerque, Gildenae Jaguar, Laudelina Novelino,  
pelo apoio, paciência e estímulos.

Obrigada.

## Resumo

FEITOSA, Patrícia Azevedo. **Proposta de Diagnóstico da Situação de Segurança ou Insegurança Alimentar e Nutricional em Comunidade ribeirinha no Acre.** 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Projeto de Intervenção (Especialização em Gestão de Políticas de Alimentação e Nutrição) – Diretoria Regional de Brasília, Fundação Oswaldo Cruz. Brasília, 2008.

**Resumo Informativo em Português:** Atualmente mais da metade da população mundial sofre algum problema de nutrição, seja por deficiência ou excesso. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está presente no cotidiano enquanto fenômeno social da alimentação humana. Somando-se a exclusão da região Norte rural ao cenário epidemiológico nacional, constata-se o vazio de informações científicas a respeito das condições de saúde, nutrição e sobrevivência dessas populações. Existem 18 milhões de domicílios com insegurança alimentar (IA) no país, no Acre 59% dos domicílios apresentaram situação de IA segundo a PNAD. O Governo do Acre não dispõe de indicadores sobre a situação de insegurança alimentar da sua população ribeirinha. A partir de um diagnóstico da situação de IA de populações ribeirinhas poderão ser elaboradas políticas locais de segurança alimentar para que se criem condições favoráveis às iniciativas voltadas a agregação de valor e melhoria da qualidade dos produtos dessas comunidades, como forma de promover sua economia e ampliar a oferta de alimentos consumidos. A escala de mensuração da IA do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA) têm sido utilizada desde a década de 1990. Essa escala foi adaptada no Brasil pela Universidade Estadual de Campinas, por se considerar necessário que o estado brasileiro tivesse medidas diretas da insegurança alimentar capazes de refletir as possibilidades de acesso aos alimentos vivenciadas pelas famílias brasileiras. A partir desse trabalho dispõe-se no Brasil da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), de instrumento de pesquisa cientificamente testado para avaliar, monitorar e acompanhar as condições de segurança alimentar da população e os impactos nas famílias das políticas sociais de combate à fome. Esse instrumento poderá ser utilizado em inquéritos nacionais e em pesquisas locais. A compreensão dos aspectos culturais cria uma nova perspectiva analítica para estudos da eficácia da SAN, para além do campo explicativo e normativo do modelo biomédico. Os aspectos socioculturais da alimentação são recorrentes do caráter interdisciplinar da SAN, que associa alimentação e nutrição a outros elementos do cotidiano, inserção da família no processo produtivo, escolaridade, acesso à saúde etc. As expressões cognitivas dos povos tradicionais configuram-se como ricos conhecimentos do mundo natural Na diversidade alimentar regional, a tendência é manter tradições e incorporar novos valores, para ressignificar as inscrições simbólicas dos alimentos. O desenvolvimento de pesquisas com abordagens que coadunem investigação da IA e seus determinantes sociais a partir de metodologia quantitativa como a EBIA e identificação dos determinantes e significantes dessas formas de IA, através de abordagem qualitativa, resultará numa contribuição consistente para o conhecimento acerca das relações entre os dados epidemiológicos e etnográficos encontrados e a situação posta, possibilitando a promoção do direito humano à alimentação, como forma de garantir Segurança Alimentar e Nutricional para essa população que queremos estudar.

**Palavras-chave:** Acre, Antropologia Cultural, Diagnóstico da Situação de Saúde em Grupos Específicos, Perfil de Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional

## Abstract

FEITOSA, Patrícia Azevedo. **Proposta de Diagnóstico da Situação de Segurança ou Insegurança Alimentar e Nutricional em Comunidade ribeirinha no Acre.** 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Projeto de Intervenção (Especialização em Gestão de Políticas de alimentação e Nutrição) – Diretoria Regional de Brasília, Fundação Oswaldo Cruz. Brasília, 2008.

**Resumo Informativo em Inglês:** Currently more than half the world's population suffers a problem of nutrition either disability or excess. The Food Security and Nutrition (FSN) is present in daily life as a social phenomenon of human. In addition to the exclusion of the rural region north national epidemiological scene, there is a vacuum of scientific information about the conditions of health, nutrition and survival of these populations. There are 18 million households with food insecurity (FI) in the country, in State of Acre 59% of households showed situation of FI. The government of Acre has no indicators on the situation of FI of the population riverside. From a diagnosis of the situation of people living in FI can be prepared local food security policies in order to create favorable conditions for efforts to aggregation of value and improving the quality of the products of these communities as a way of promoting its economy and enlarge the supply of food consumed. The scale for measuring the FI of the Department of Agriculture in the United States of America (USDA) has been used since the 1990's. This scale was adapted in Brazil by the State University of Campinas, as they are considered necessary for the Brazilian state had direct measures of food insecurity able to reflect the possibilities of access to food experienced by Brazilian families. From that work has to Brazil in the Brazilian Scale of Food Insecurity (EBIA), a search tool for assessing scientifically tested, to evaluate and monitor the conditions of food security of the population and the impacts on families of social policies to fight hunger. The instrument can be used in national surveys and research sites. The understanding of cultural aspects creates a new perspective for analytical studies of the effectiveness of the FSN, apart from the field and normative explanatory of the biomedical model. The sociocultural aspects of food are interdisciplinary character of the applicants FSN, which combines food and nutrition to other elements of daily life, insertion of the family in the production process, schooling, and access to health so. The terms of cognitive traditional peoples constitute themselves as rich knowledge of the natural world diversity in regional food, the tendency is to maintain traditions and incorporate new values, for to re-mean the registrations symbolic of foods. The development of research on approaches that be consistent with of FI research and its social determinants from methodology quantitative as EBIA and identification of these crucial and significant forms of FI, through qualitative approach, will result in a consistent contribution to the knowledge about relations between the epidemiological and ethnographic data found and the situation made it possible to promote the Human Right to Food as a way to ensure Food Security and Nutrition for this population that we want to study.

**Key - words:** Acre, Cultural Anthropology, Diagnosis of Health Situation in Specific Groups, Profile of Health, Food Security and Nutrition.

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>1.1</b>	<b>Situação Problema.....</b>	<b>08</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos da Proposta .....</b>	<b>11</b>
1.2.1	Objetivo Geral .....	11
1.2.2	Objetivos específicos .....	11
<b>1.3</b>	<b>Justificativa .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Referencial Teórico .....</b>	<b>15</b>
2.1.1	Segurança Alimentar .....	16
2.1.2	Acre.....	18
2.1.2.1	Uma história que se conta.....	20
2.1.2.2	O rio da minha aldeia.....	23
2.1.2.3	Ribeirinhos.....	24
2.1.2.2	Comer, ser e saber na floresta .....	26
2.1.3	Métodos de mensuração da Insegurança Alimentar.....	27
<b>2.2</b>	<b>Metodologia.....</b>	<b>30</b>
2.2.1	O Campo, o rio.....	31
2.2.2	O sujeito, o povo da beira do rio.....	31
2.2.3	No Inverno ou no verão até 2010 - Plano de ação.....	32
2.2.3.1	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.....	33
2.2.3.2	Sobre Grupos Focais.....	35
2.2.3.3	Quanto custa.....	36
<b>2.3</b>	<b>Aspectos Éticos.....</b>	<b>36</b>
<b>3</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1</b>	<b>Análise de Viabilidade de Implementação.....</b>	<b>37</b>
3.1.1	As Pedrinhas no caminho.....	38
3.1.2	O Adjunto.....	38
<b>3.2</b>	<b>Cronograma.....</b>	<b>39</b>
<b>3.3</b>	<b>Considerações Finais.....</b>	<b>39</b>
<b>3.4</b>	<b>Referências.....</b>	<b>40</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Situação problema

O Governo do Acre tem procurado ao longo dos últimos nove anos resgatar tradições e culturas dos povos da floresta e mais precisamente no atual governo começa-se a usar correntemente o termo florestania para indicar, entre outras coisas, cidadania para os povos da floresta, que somos todos, na cidade ou na beira do rio.

Acredita-se que os primeiros habitantes do Acre eram índios, até 1877, quando imigrantes nordestinos arregimentados por seringalistas vieram trabalhar na extração do látex/borracha, devido aos altos preços desse produto no mercado internacional, iniciando a abertura dos seringais. Este território, antes pertencente à Bolívia e ao Peru, foi aos poucos sendo ocupado por esses imigrantes que avançaram pelas vias hidrográficas dos rios Acre, Purus, Iaco e Juruá, o que aumentou a população do local de brancos em cerca de quatro vezes em um ano (ACREa, 2008).

O principal ponto de interação entre a cultura e o ambiente é a subsistência, e seu aspecto mais vital, a produtividade da agricultura itinerante (MEGGERS 1987 *apud* ADAMS et al., 2005)<sup>1</sup>. A agricultura e a produção de alimentos têm sido o principal eixo da maior parte dos modelos de ocupação humana da Amazônia nos últimos 50 anos (ADAMS et al., 2005). A ocupação das terras no Acre se deu através dos rios, em cujas margens se localizam a maioria das sedes dos municípios do Estado. Ao longo dessas margens se estabeleceram os ribeirinhos, constituindo comunidades organizadas a partir de unidades produtivas familiares que se utilizam dos rios como principal meio de transporte durante parte do ano quando os rios estão cheios e quando as estradas não dão acesso, no chamado 'inverno amazônico'.

Com a supervalorização da borracha no mercado internacional, no início do século XX e depois nos anos 40 durante a segunda guerra mundial - e a formação da empresa seringalista, o modelo de seringal caboclo - baseado na mão-de-obra

---

<sup>1</sup> ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui Sérgio S.; SANCHES, Rosely Alvim. **Agricultura e alimentação em populações ribeirinhas das várzeas do Amazonas**: novas perspectivas. Ambient. Soc., Campinas, v. 8, n. 1, 2005.

familiar, numa agricultura de subsistência com caça, pesca e um extrativismo extremamente diversificado - foi substituído por um modelo de seringal mono-extrativo, baseado na mão-de-obra isolada das estruturas familiares, sendo tal o modelo de colonização adotado no atual Estado do Acre. Essa produção extrativista diversificada com base na mão-de-obra familiar só veio a ser novamente adotada após a crise da borracha e derrocada das empresas seringalistas nos anos sessenta (ACREb, 2000). O Acre passou por transformações estruturais e econômicas no meio rural nos últimos 45 anos, a partir dessa crise econômica pelo término do ciclo da borracha muitas dessas famílias migraram para as cidades, e outras tantas permaneceram ali, nos seringais ou no que restou deles, nas chamadas colocações e colônias como chamamos no Acre os sítios ou chácaras, grande partes dessas ribeirinhas.

A população residente do Acre em 2007 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 655.385 habitantes. Segundo a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Secretaria de Estado de Saúde do Acre (SESACRE) (Coordenação de Controle de Grandes Endemias, dados de 2002), a população ribeirinha no Acre é de 85.262 habitantes, desse total, mais de 60% estão concentrados na região dos rios Tarauacá, Envira e Juruá, e 14% no rio Acre. São aproximadamente 4.000 produtores ribeirinhos, ocupando 23.000 hectares de terras às margens dos rios Acre, Iaco, Purus, Tarauacá, Envira e Juruá, e seus afluentes (ACREb, 2000; SEPLANDS, 2005).

Dentre essa população ribeirinha estão pequenos produtores que desenvolvem uma agricultura de subsistência bastante diversificada, ao mesmo tempo em que cultivam frutas, hortaliças, raízes e grãos, também criam pequenos animais como suínos e aves. As culturas comerciais são de inserção regional, em algumas regiões são cultivados feijão, melancia, amendoim, tabaco, noutras mandioca, banana, etc. A economia dos ribeirinhos é complementada pela caça, pesca e pelo extrativismo vegetal (ACREc, 2000).

A Pesquisa Suplementar sobre Segurança Alimentar componente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)<sup>2</sup> de 2004, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), produziu informações sobre a condição domiciliar de segurança alimentar em âmbito nacional, verificando que em 65,2%

---

<sup>2</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de indicadores 2004.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=600&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=600&id_pagina=1)>. Acesso em: 28 maio 2008.

dos 51,8 milhões de domicílios particulares brasileiros havia segurança alimentar. Existem 18 milhões de domicílios com insegurança alimentar no país. A prevalência de insegurança alimentar foi maior nos domicílios das áreas rurais do que nos das áreas urbanas. No Norte isto ocorreu em cerca de 53,6% dos domicílios, e no Acre 59% apresentaram situação de insegurança alimentar, sendo o penúltimo colocado entre os estados do Norte (IBGE, 2004).

No seu discurso de posse o atual governador do Estado do Acre Arnóbio [Binho] Marques de Almeida Júnior afirmou:

A luta social exige muito mais que a simpatia ou colaboração eventual. E a transformação da sociedade é movida por um sentimento de solidariedade e amor que deve ser transformado em prática de vida, todos os dias. [...] O conteúdo, a essência do nosso projeto, é a defesa incansável da vida. A vida como nós aprendemos a viver com nossos antepassados: com liberdade, alegria, trabalho, o pão abençoado por Deus e o sentimento de fraternidade unindo a todos como uma só família. Uma vida amazônica. [...] O exercício do Governo deve ser compartilhado com a sociedade, porque só governa para todos quem governa com todos. [...] Temos um plano para essa nova etapa, um Programa de Governo que foi construído com a participação direta de mais de quatro mil homens e mulheres, em plenárias e reuniões em todos os municípios do Estado. A este plano demos o nome de 'Desenvolvimento com Oportunidade para Todos' (*apud* MACHADO, 2008)<sup>3</sup>.

E na posse do seu Secretariado o governador Binho Marques afirma que o “Governo será dedicado a garantir mais para quem tem menos. Temos agora o time que trabalhará para fazer do Acre o melhor lugar para se viver na Amazônia até 2010” (BINHO, 2008).

O Governo do Acre somente dispõe dos dados sobre insegurança alimentar da sua população urbana, oriundos PNAD 2004, porém não dispõe de dados e indicadores sobre a situação de segurança ou insegurança alimentar da sua população ribeirinha, e a complexidade e diversidade características da nossa região dificultam pesquisas nesse sentido. Colaborando com isso a pequena quantidade de instituições de pesquisa no Estado, e ainda a diminuída quantidade de cursos das áreas de ciências da saúde e sociais nas universidades locais.

A insuficiência das políticas sociais nas periferias urbanas e em regiões pobres da área rural dificulta o acesso aos direitos sociais e converte as questões políticas em questões técnicas com escassez de recursos em saneamento, saúde, educação, habitação e alimentação (FREITAS; PENA, 2007).

---

<sup>3</sup> MACHADO, Altino. Altino Machado Jornalista. Rio Branco: 1º de janeiro de 2007. Disponível em: <[http://altino.blogspot.com/2006/12/binho-marques\\_31.html](http://altino.blogspot.com/2006/12/binho-marques_31.html)>. Acesso em: 23 mar. 2008.

O presente projeto apresenta uma proposta de elaboração de um diagnóstico sobre situação de segurança ou insegurança alimentar e nutricional em uma comunidade ribeirinha no Estado do Acre, proposta essa que deverá ser viabilizada através da Secretaria de Estado de Saúde do Acre e diversos setores do governo envolvidos no compromisso de melhoria dos indicadores sociais postos até o ano de 2010.

## **1.2 Objetivos da Proposta**

### **1.2.1 Objetivo Geral:**

Elaborar uma proposta de diagnóstico da situação de segurança ou insegurança alimentar e nutricional de comunidade ribeirinha do rio Acre.

### **1.2.2 Objetivos Específicos:**

- a) definir metodologia de realização do diagnóstico;
- b) demonstrar a importância de proceder a aplicabilidade da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar para população ribeirinha;
- c) informar dados epidemiológicos e indicadores de saúde dessa população;
- d) analisar informações sobre os aspectos de saúde, socioculturais e econômicos que afetam a alimentação dessa comunidade;
- e) demonstrar a relevância das informações sobre segurança alimentar da comunidade ribeirinha para a construção de políticas públicas;
- f) obter subsídios para discussões e avaliações de políticas e programas sociais já praticados.

## **1.3 Justificativa**

O homem é um onívoro que se alimenta de carne, de vegetais e de imaginário: a alimentação conduz à biologia, mas, é evidente, não se reduz a ela; o simbólico e o onírico, os signos, os mitos, os fantasmas também alimentam e concorrem a reger nossa alimentação (FISCHLER, 1979, *apud* MACIEL; MENASCHE, 2003, p.4)<sup>4</sup>.

Na última década os movimentos relacionados à questão da segurança alimentar passaram a incorporar a dimensão “nutricional”, apontando que o mundo não se divide apenas entre os que passam fome e os que não passam (COSTA *apud* LE BIHAN et al., 2003)<sup>5</sup>. Atualmente mais da metade da população mundial sofre de algum tipo de problema de nutrição, seja por deficiência, seja por excesso (LE BIHAN et al., 2003).

De acordo com a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda - Pernambuco em 2004, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional é compreendido no Brasil, hoje, como a garantia a todos do acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis que contribuam para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana e que se realize de forma sustentável.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está presente no cotidiano enquanto fenômeno social da alimentação humana, transpassando as muitas disciplinas como objeto amplo e transversal dos diversos campos de saberes (FREITAS; PENA, 2007).

Em termos de segurança alimentar a Amazônia é detentora de uma enorme diversidade em peixes e frutas, o que deveria representar uma abundante oferta de proteínas, calorias, vitaminas e minerais, e assim viabilizar um excelente padrão de saúde, nutrição e de qualidade de vida para os seus diferentes grupos populacionais (CLAY et al., 2000). Entretanto, a realidade social, econômica e o quadro de grandes precariedades da saúde e da nutrição registrados na região amazônica contrastam fortemente com a sua riqueza de recursos biológicos.

---

<sup>4</sup> MACIEL, Maria Eunice e MENASCHE, Renata. Alimentação e cultura, identidade e cidadania. Você tem fome de quê? In: Democracia Viva – Especial Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: Ibase, p. 4, 2003.

<sup>5</sup> LE BIHAN, Geneviève; DELPEUCHE, Francis; MAIRE, Bernard. **Alimentação, nutrição e políticas públicas** – Cadernos de Proposições para o Século XXI. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.132p.

Complexidade e diversidade são as características fundamentais da região amazônica. A Amazônia legal brasileira formada por nove Estados, ocupa 61% do território nacional e tem 12.5% do contingente populacional do país. São mais de cinco milhões de quilômetros quadrados de terras e águas. Na Amazônia encontra-se a maior biodiversidade da terra, quase um terço da variabilidade genética estimada do planeta, a maior sociodiversidade da humanidade, as principais reservas estratégicas superficiais de água doce e algumas das maiores, e ainda intocadas, reservas de minerais estratégicos do mundo (SILVA, 2006).

As pesquisas de abrangência nacional desenvolvidas no Brasil nas últimas três décadas excluíram a área rural da região Norte, alegando-se dificuldades operacionais, tais como a imensa extensão territorial da Amazônia e sua baixa densidade demográfica (IBGE/ENDEF, 1975 *apud* ALENCAR et al, 2007)<sup>6</sup>. Estas pesquisas tiveram e ainda têm grande importância para o delineamento da realidade epidemiológica brasileira, visto que representam o referencial científico de identificação qualitativa e quantitativa das principais carências nutricionais para a população, principalmente infantil.

Além de viabilizar o conhecimento dos determinantes da transição nutricional nas últimas décadas BARRETO et al. (2005), referem que a disponibilidade total de alimentos no Brasil é crescente. Somando-se a exclusão da região Norte rural ao cenário epidemiológico nacional, constata-se também como fator agravante o vazio de informações científicas a respeito das condições de saúde, nutrição e sobrevivência das populações integrantes da região Norte (NEGRI; GIOVANNI, 2001 *apud* ALENCAR et al., 2007). Somente em 2004 a PNAD foi implantada nas áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, alcançando a cobertura completa do Território Nacional. Nesse ano, as pessoas residentes nessas áreas rurais, que anteriormente não eram abrangidas pela pesquisa, representavam 1,9% da população do País e 23,9% da Região Norte (IBGE, 2008).

A viabilização de um diagnóstico da situação de segurança ou insegurança alimentar de populações ribeirinhas possibilita a elaboração de políticas locais de segurança alimentar, ou mesmo no conjunto das políticas já existentes a adequação de propósitos e ações com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional. Deste modo a atuação se dará no sentido de criar condições favoráveis às iniciativas

---

<sup>6</sup> ALENCAR, Fernando Hélio et al. **Determinantes e conseqüências da insegurança alimentar no Amazonas: a influência dos ecossistemas**. Acta Amazônica, INPA, v. 37(3), 2007. p. 413 – 418.

voltadas a agregação de valor e melhoria da qualidade dos produtos oriundos dessas comunidades, como forma de promover sua economia e ampliar a oferta de alimentos habitualmente consumidos.

A proposta ora apresentada vislumbra a possibilidade de, mediante uma base de dados obtidos dessa intervenção, um acompanhamento dos indicadores de saúde e sócio culturais produzidos no processo. O monitoramento dos fatores domiciliares, locais ou regionais que influem diretamente sobre a SAN da população estudada, servirá de base para a ampliação dessa avaliação para outras comunidades ribeirinhas da região.

Esta proposta trata de demonstrar a importância de se conhecer a situação de SAN de uma região ribeirinha, onde vive parte da população das camadas populares do Estado do Acre, famílias de trabalhadores pobres que sobrevivem basicamente da caça, da pesca e da agricultura de subsistência, e mantêm a tradição de crenças sobre o comer e o viver que são necessárias tornarem-se visíveis em qualquer que seja a proposta de intervenção nutricional futura.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Referencial Teórico

Nas sociedades humanas a fome e a sede são sentidas e satisfeitas cultural, histórica e socialmente. O alimento foi e é um dos protagonistas na história da civilização e no seu desenvolvimento. A satisfação das necessidades nutricionais é condição indispensável para a sobrevivência dos seres humanos, e os significados da alimentação para um povo, uma sociedade, uma comunidade, não podem ser entendidos apenas a partir de indicadores nutricionais, pois o alimentar-se vai muito além disso. Temos que considerar os valores simbólicos do ato de se alimentar.

O que se come, com quem se come, quando se come, como e onde se come: as opções e proibições alimentares são definidas pela cultura: “O homem se alimenta de acordo com a sociedade a que pertence” (GARINE, 1987 *apud* MACIEL; MENASCHE, 2003). E no atual mundo globalizado será que essa afirmação se aplicará por muito tempo?

Os processos de mudança dos repertórios dietéticos e da percepção das pessoas dos mesmos; os mecanismos de resistência, assimilação e acomodação; e especialmente, os efeitos secundários desses processos redefinindo relações em nível de micro-escala (gênero, indivíduo, unidade doméstica e comunidades), e de macro-escala (relações sócio-políticas regionais e nacionais), são feições obrigatórias de qualquer estudo relacionado a usos e escolhas de alimentos nos dias atuais (MURRIETA, 1998).

Faz-se necessária uma abordagem antropológica para desvendar os significados da fome crônica, um dos efeitos mais perversos da insegurança alimentar. A compreensão dos aspectos culturais cria uma nova perspectiva analítica para estudos da eficácia da segurança alimentar e nutricional, para além do campo explicativo e normativo do modelo biomédico (FREITAS; PENA, 2007).

### 2.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional

A história do Brasil pode ser contada de vários modos e sob vários ângulos, mas para a maioria ela é uma história da indústria da fome e da miséria. Um modo perverso de dividir o mundo em dois, produzindo um gigantesco *apartheid*. Nesse campo, fizemos verdadeiros milagres de desenvolvimento. Um dos maiores PIBs do mundo abraçado com a pobreza e a miséria mais espantosa. Aqui não houve lugar para o acaso. Tudo foi produzido como obra calculada. Fria (SOUZA, Herbet 1994).

Nos últimos 15 anos a discussão sobre o direito humano à alimentação (DHA) e segurança alimentar e nutricional (SAN), e ainda sobre o desenho de políticas públicas nessa área, vêm sendo ampliada no Brasil e no mundo, embora com alguns momentos de suspensão dessa discussão nas instâncias governamentais, por exemplo nos anos 1995 a 1998 do 1º mandato do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A política de combate à fome no Brasil tem como antecedentes alguns marcos de nossa história recente: a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar do Governo Paralelo, em 1991, organismo que antecedeu o Instituto da Cidadania; a experiência inicial do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) como mecanismo inovador de parceria e governabilidade; as propostas debatidas pelas múltiplas representações da sociedade por ocasião da I conferência Nacional de Segurança Alimentar em 1994, no contexto de mobilização social da Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida. Conferência esta que evidenciou o diagnóstico da concentração de terras e da renda como fatores determinantes para a situação de fome e da insegurança alimentar no Brasil, e algumas diretrizes para elaboração de políticas, tais como: assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados (PACHECO, 2003)

A questão alimentar em seu significado ampliado passou a ocupar a agenda pública nacional e internacional, retomando em grande parte os esforços empreendidos pelo geógrafo e médico Josué de Castro na década de 1940, na direção de tornar a alimentação prioridade política e demanda coletiva no país (BURLANDY, 2004). Falar de Segurança Alimentar e Nutricional não é somente uma questão semântica. Adotar esse conceito significa ultrapassar os limites das ações de políticas compensatórias para garantir o alimento às pessoas pobres ou basear-se nas ações filantrópicas. Ele exprime a compreensão da alimentação como um direito integrado

no Pacto Internacional dos Direitos econômicos, sociais e culturais, que deve ser garantido pelo Estado. Baseia-se no reconhecimento que esse direito implica em:

Garantir a todos o acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis e contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana<sup>7</sup> (PACHECO, 2003 p.33)<sup>8</sup>.

Os aspectos socioculturais da alimentação são recorrentes do caráter interdisciplinar da SAN. Nessa perspectiva, este tema central é coerente com a relação entre indivíduo, coletividade, alimento e ambiente, na formulação e no planejamento de políticas sociais de saúde e nutrição. Para o conhecimento dos aspectos culturais sobre a SAN torna-se necessário compreender os significados desse objeto a partir das ações que o envolvem em distintos espaços das relações sociais. Os significados da segurança alimentar e nutricional apreendidos das experiências em cada lugar investigado, devem ser analisados a partir da combinação de categorias macro e microsociais que contemplem indicadores sócio-econômicos, culturais e epidemiológicos, para descortinar o complexo de causalidades dos diversos fenômenos implicados na SAN (FREITAS; PENA, 2007).

Nesse sentido, falar de SAN é associar alimentação e nutrição ((hábitos, escolhas, dados antropométricos) a outros elementos da vida cotidiana, como água, meio ambiente (saneamento básico, lixo, contaminações), inserção da família no processo produtivo (renda doméstica, ocupação, emprego, desemprego), bolsa família, escolaridade, acesso aos serviços de saúde etc.

Para tanto, o campo teórico desse estudo apresenta aspectos demográficos e históricos para consolidar no tempo e no espaço este tema em que a complexidade social deve ser considerada. Onde e como vivem as pessoas? Há uma permanência de alimentos em qualidade e quantidade para cada indivíduo? Como manter a nutrição de suas famílias ? Estas entre muitas perguntas nos mostra a importância em conhecer as características da SAN dessa população. Não será entretanto, neste primeiro estudo que poderíamos vir a conhecer todos os elementos que envolvem

---

<sup>7</sup> Essa é a definição que consta do documento oficial brasileiro preparado para a Cúpula Mundial da Alimentação, Roma, 1996.

<sup>8</sup> PACHECO, Maria Emília L. **Novas Políticas para Antigos Problemas**. In: Democracia Viva – Especial Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: Ibase, p. 32 - 37, 2003

a complexidade do tema. Este primeiro momento, poderá abrir a discussão, ainda incipiente.

A situação de insegurança alimentar impõe medias de duas ordens. De um lado não se pode prescindir de programas que atendam aqueles(as) em situação mais vulnerável, que por sua própria conta não garantem para si nem para suas famílias a ingestão mínima necessária.[...] De outro, não deve a intervenção do estado se limitar a essa natureza nas políticas aplicadas. É preciso atingir as causas que geram esse quadro de insegurança alimentar [...] na população de um país que é praticamente auto-suficiente na oferta de alimentos à nação brasileira. Fazer cessar essas causas implica transformações estruturais que trarão impactos significativos sobre a desigual distribuição de renda e dos recursos produtivos (MENEZES, 2003 p.51)

### 2.1.2 Acre

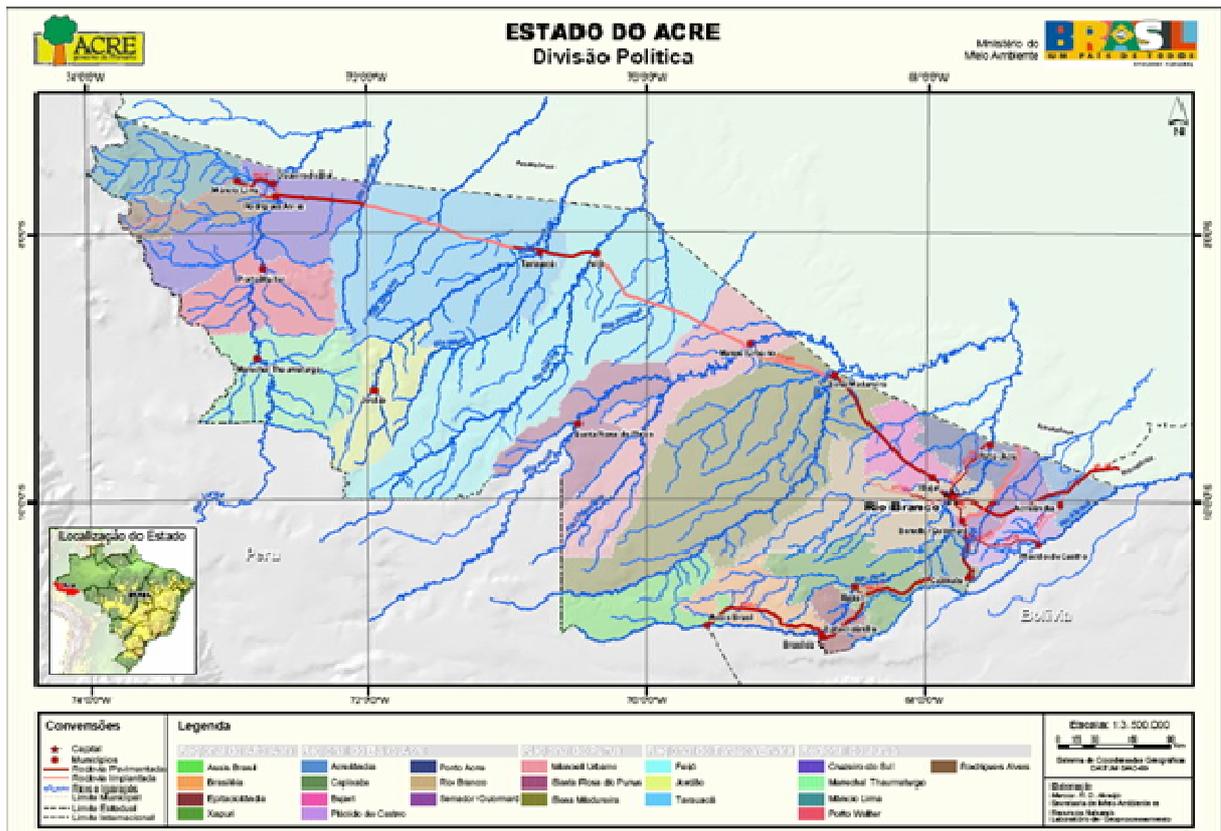
O Acre é um dos nove estados que compõem a chamada Amazônia Legal no Brasil, ao lado do Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Dos 5,2 milhões de km<sup>2</sup> da Amazônia Legal brasileira, correspondente a 61% do território nacional, o Acre guarda nos seus agora 164.221 Km<sup>2</sup> o equivalente a 2,93% da área total<sup>9</sup>. Os limites do Estado são formados por fronteiras internacionais com Peru (O) e Bolívia (S) e por divisas estaduais com os estados do Amazonas (N) e Rondônia (L). As cidades mais populosas são: Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá e Sena Madureira (ACREd, 2008; ACREE, 2008). Fig. 1.

A população do Estado é de 655.385 habitantes segundo estimativa do IBGE para 2007, e atualmente, 68% está concentrada nas áreas urbanas, notadamente na região do Baixo Acre (Vale do rio Acre), em função da capital, Rio Branco (IBGE, 2007).

Os solos acreanos, abrigam uma vegetação composta basicamente de florestas de dois tipos: Tropical Densa e Tropical Aberta, que se caracterizam por sua heterogeneidade florística, constituindo-se em grande valor econômico. O clima é do tipo equatorial quente e úmido, caracterizado por altas temperaturas, elevados índices pluviométricos e alta umidade relativa do ar. A temperatura média anual está em

<sup>9</sup> O Superior Tribunal Federal - STF decidiu por unanimidade em 03 de abril de 2008 o direito de posse do Estado do Acre a uma área de 1,2 milhão de hectares. Na época da promulgação da Constituição Federal em 88, esses limites já haviam sido definidos, com base em marcos geodésicos históricos, pelo IBGE e a Comissão Tripartite, formada pelo Acre, Amazonas e Rondônia (ACREf, 2008)

torno de 24,5°C, enquanto que a temperatura máxima está em torno de 32°C, e a mínima em torno a 16°C nos meses de junho e julho, no período que chamamos de friagem. Sua hidrografia é bastante complexa e sua drenagem é bem distribuída. É formada pelas bacias hidrográficas do Juruá e do Purus, afluentes da margem direita do Rio Solimões (ACREd, 2008).



**Figura 1:** Divisão política do Estado do Acre.

**Fonte:** Sistema Estadual de Informações Ambientais. **Mapa Acre\_Novos\_Limites.pdf**. In: Governo do Estado do Acre - Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Disponível em: <[http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com\\_remository&Itemid=0&func=fileinfo&id=2](http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com_remository&Itemid=0&func=fileinfo&id=2)>. Acesso em 27 jun. 2008.

A população indígena do Acre é bastante diversificada e composta por etnias do tronco lingüístico Aruak, tradicional da região amazônica, e do tronco lingüístico Pano, originário da região andina. Essas etnias representadas pelos povos Kaxinawá, Yawanawá, Katukina, Jaminawa, Kulina, Ashaninka, Nukini, Poyanawa, Manchineri, Arara, Apurinã, Kaxarari, e índios isolados que vivem e transitam pela região de fronteira com o Peru, representando aproximadamente 15.430 indivíduos. Estes vivem em cerca de 204 aldeias espalhadas por diversas Terras Indígenas [informações atualizadas junto à Coordenadoria do Distrito Sanitário Especial Indígena do

Purus da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)]. Estas terras cobrem 13,61% do território acreano (ACREe, 2008).

#### 2.1.2.1 Uma história que se conta

O nome Acre surgiu de “Aquiri”, que significa “rio dos jacarés” na língua nativa dos índios Apurinãs, os habitantes originais da região banhada pelo rio que empresta o nome ao estado. Os exploradores da região transcreveram o nome do dialeto indígena, dando origem ao nome Acre (ACREd, 2008).

“Terras incontestavelmente bolivianas”. Assim se expressavam as autoridades brasileiras sobre as terras ao sul da linha oblíqua imaginária que marcava a fronteira entre o Brasil e a Bolívia, pelo Tratado de Ayacucho de 1867. Tão logo o mercado internacional demandou maior produção de borracha a região foi povoada, por volta de 1880, por levas de imigrantes nordestinos que penetraram livremente nestes territórios através dos rios Purus e Juruá, afluentes do rio Amazonas, que davam acesso direto aos vapores provenientes de Belém e de Manaus, trazendo milhares desses homens e levando toneladas de borracha. Ao surgirem as primeiras proclamações bolivianas sobre posse do hoje Estado do Acre, em 1895, os brasileiros já estavam ali há pelo menos 15 anos, com produtivos seringais que comercializavam sua borracha com as casas aviadoras de Manaus e Belém e estas, com os centros consumidores na Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e Estados Unidos. Entre 1899 e 1902 houve diversos movimentos de insurreição da população seringueira contra os bolivianos (que tentavam tomar militarmente a região para arrendá-la para grupos estrangeiros), sem apoio do governo federal os “revolucionários brasileiros” continuaram mobilizados para o confronto. Em 1902 a notícia da constituição da companhia comercial de capital anglo-americano Bolivian Syndicate que estaria arrendando o Acre pelo prazo de vinte anos - com amplos poderes territoriais, militares e alfandegários, o que feria frontalmente a soberania brasileira sobre a Amazônia - desabou sobre a opinião pública nacional. Uma guerra que foi conflagrada em Xapuri, em agosto de 1902, e só foi concluída seis meses depois com um saldo de quinhentos mortos numa população de dez mil indivíduos. Tamanha foi a pressão nacional que o recém presidente Rodrigues Alves teve que reverter a posição oficial

brasileira estabelecendo a assinatura do Tratado de Petrópolis anexando o Acre ao Brasil em novembro de 1903 (ACREd, 2008; NEVES, 2008).

Em 1904 o Acre se tornou o primeiro Território Federal da história brasileira, novo sistema político-administrativo não previsto na Constituição, sendo administrado diretamente pela Presidência da República. Das fabulosas somas arrecadadas sobre a exportação de borracha e sobre a importação de mercadorias para abastecer os seringais, o governo federal mandava apenas uma pequena parte para a administração do Território. Não havia escolas, hospitais ou quaisquer estruturas públicas. Os anos 20 foram marcados pela completa decadência econômica provocada pela queda dos preços internacionais da borracha graças à produção mais barata dos seringais de cultivo asiáticos. Os seringais acreanos entraram em falência, a desesperança geral transformou o Acre num “igapó de almas” segundo a descrição de Océlio de Medeiros no livro *A Represa*<sup>10</sup>. Toda a imensa riqueza acumulada durante os anos áureos da borracha amazônica havia sido drenada para os cofres federais relegando o Acre ao completo abandono oficial (NEVES, 2008).

O tempo era de buscar novas formas de organização social e de encontrar novos produtos para substituir a borracha. Os seringais se transformaram em unidades produtivas, teve início a prática de uma agricultura de subsistência que diminuía a dependência de produtos importados, uma intensificação da colheita e exportação da castanha. A escassez da mão de obra nordestina levou ao emprego crescente de comunidades indígenas remanescentes nos seringais e os comerciantes sírio-libaneses substituíram as casas aviadoras na função de abastecer os barracões e manter ativos os seringais acreanos. Nem mesmo o novo período de prosperidade da borracha, provocado pela Segunda Guerra Mundial, foi capaz de modificar o quadro de tutela política. Durante três anos (1942 - 1945) a “Batalha da Borracha” trouxe novamente milhares de nordestinos para o Acre, repovoando e enriquecendo novamente os seringais. Só em 1962, os acreanos conseguiram transformar o Território do Acre em Estado (NEVES, 2008).

Desde o século XIX o Nordeste tem uma relação direta com a história dos trabalhadores do Acre, suas origens genealógicas e suas raízes culturais passam pela história da primeira migração de 1877, pela segunda migração de 1939/43. Essas periódicas migrações passaram pelas alianças de poder a nível estadual e fede-

---

<sup>10</sup> MEDEIROS, Océlio. *A Represa*. Rio de Janeiro : Editora Irmãos Pongetti, 1942.

ral, chegando ao nível ideológico, entre elas a concentração dos meios de produção e os acordos internacionais. De modo que foram direcionadas ora pelo estado brasileiro, ora pela iniciativa privada para atender aos mercados internacionais. No bojo dos projetos do Estado Nacional sempre esteve inserido um plano específico para as regiões da Amazônia e Nordeste [o que não é diferente nos dias de hoje], os chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), vejamos como se deu a sistematização do PND em relação à Amazônia segundo Loureiro (1992):

A) Integração física: Alocando a população excedente do Nordeste para a Amazônia. [...] através do Plano de Integração Nacional (PIN) instrumento básico de execuções das ações do estado brasileiro através das construções de canais rodoviários [...] pilastra dos Planos de Assentamento Dirigidos (PAD) de responsabilidade do INCRA.

B) A ocupação humana da região se dá através de projetos da colonização oficial e particular [...] para promover força de trabalho na produção de matérias-primas para a indústria do Sul (*apud* FEITOSA, 1997 p.23).<sup>11</sup>

As políticas públicas desenvolvimentistas voltadas para a Amazônia deram um novo perfil aos trabalhadores rurais do Acre, alterando subitamente a organização social local. Essa região foi violentamente afetada pela substituição da atividade extrativista da seringa, e em seguida do tripé borracha-castanha-madeira pela agropecuária nas décadas de 1960 e 1970 principalmente. Todo esse processo contribuiu para favorecer a transferência de terras acreanas para grupos nacionais e estrangeiros, como extensão disso se iniciaram os conflitos de terra entre os novos donos e os trabalhadores rurais (FEITOSA, 1997).

O resultado de todo esse processo de mudança econômica na Amazônia brasileira acabou arrebatando sobre o lado mais fraco: as populações tradicionais da floresta. Repentinamente, índios, seringueiros, ribeirinhos e colonos viram suas terras sendo invadidas e devastadas em nome de um novo tipo de progresso que transformava a floresta em terra arrasada. Acelerou-se a migração para as cidades. E somente a partir de 1975 as populações da floresta começaram a se organizar e a desenvolver diferentes estratégias de resistência. Foram fundados os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais em Brasiléia, Xapuri, Rio Branco e Sena Madureira. Os conflitos foram acontecendo e se tornando cada vez mais perigosos e em 1980, Wilson Pinheiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia, foi assassinado. Outras mortes ocorreram culminando com a de Chico Mendes, em 1988. A partir

---

<sup>11</sup> FEITOSA, Francisca Corina de Azevedo. **A Expansão do Capitalismo na Amazônia**. In: MONTE-NEGRO, Antônio Torres et al. *Senhores da Rua: o imaginário dos meninos e meninas de (na) rua da cidade de Rio Branco*. Rio Branco : Globo, UFAC/CDIH p. 23, 1996.

desse fato as coisas começaram a mudar em virtude do fortalecimento do Movimento Ambientalista que já havia tornado Chico Mendes uma figura pública reconhecida em todo o mundo por sua luta em defesa da floresta e de seus povos (NEVES, 2008). Figura 2.



**Figura 2:** Vista por satélite do Contexto Geográfico do Acre.

**Fonte:** ACREg, GOVERNO DO ESTADO DO. **Portal de Informações do Governo do Estado do Acre – Planejamento Estratégico 2007 - 2010.** Disponível em: <[http://www.ac.gov.br/images/stories/plan\\_estrat\\_gov\\_acre\\_2007\\_2010\\_vf.pdf](http://www.ac.gov.br/images/stories/plan_estrat_gov_acre_2007_2010_vf.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2008.

#### 2.1.2.2 O rio da minha aldeia

Uma bacia hidrográfica é uma unidade fisiográfica delimitada pela própria natureza, de fácil reconhecimento e caracterização, ao se constituir de terras drenadas por um sistema fluvial formado pelo rio principal e seus afluentes (SCARCELLO, 2006).

O Estado do Acre faz parte da Região Hidrográfica do Amazonas, da Região Hidrográfica do Solimões, e das Bacias Hidrográficas do Javari, Juruá e do Purus. Em relação aos aspectos físicos, apresenta uma extensa rede hidrográfica com os rios correndo no sentido sudoeste/nordeste, tendo como principais características o paralelismo e as mudanças de direção dos seus cursos e a rede de drenagem bem distribuída. Outro aspecto importante refere-se à territorialidade da rede de drenagem - a maioria dos rios que cortam o Acre tem a sua nascente localizada no Peru,

atravessam o Estado e deságuam em outros rios do Amazonas. Ou seja, são rios que apresentam ao mesmo tempo caráter internacional e federal (SCARCELLO, 2006). Figura 3.

Os rios do Acre constituem um meio de transporte muito importante. A maioria das cidades e povoados acreanos se originou às margens dos rios. No Estado há ocorrências de cachoeiras, corredeiras e quedas d'água somente na região da Serra do Divisor, no restante é formado por terras planas e de origem sedimentar. Os principais cursos d'água são os Rios Tarauacá, Purus, Gregório, Envira, Acre e Juruá. Eles formam a rede hidrográfica estadual, dividida entre a Bacia do Acre-Purus e a Bacia do Juruá. (ACREa, 2008; IBGE,2007).



**Figura 3:** Vista aérea de um Rio no Acre.

**Fonte:** SCARCELLO, J. A. **Proposta de um Recorte de Bacias Hidrográficas para o Estado do Acre, no âmbito do ZEE Fase II.** Rio Branco: SEMA/IMAC. Artigo produzido para o Zoneamento Ecológico-Econômico Fase II, 2006. (Trabalho não publicado)

O Rio Acre nasce no Peru, atravessa o Estado do Acre e deságua no Rio Purus, no município de Boca do Acre, Estado do Amazonas, tem uma extensão de 1.190 km, com trechos navegáveis e banha os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Rio Branco e Porto Acre. A sazonalidade anual das vazantes e cheias é bem característica, produzindo ora baixas muito acentuadas do nível do rio, ora enchentes, que afetam à população ao longo das suas margens. Essas marcadas oscilações são ocasionadas pela pluviosidade anual, com média de 1940 mm, que tem sua maior contribuição entre os meses de novembro e março, bem como pela ação de deterioro florestal em áreas da bacia do Rio Acre, como consequência da ação humana (SALIMON et al., 2003 *apud* DUARTE, 2007)<sup>12</sup>. O

<sup>12</sup> DUARTE, Alejandro Fonseca, et al. **Medições de Vazão e Pluviometria na Bacia do Rio Acre, Amostragem e Análise Físico-Química da Água.** 2007. Disponível em: <<http://acreibioclimate.pro.br/Medicoes%20de%20vazao%20no%20Rio%20Acre.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2008.

vale do Rio Acre é a região mais desenvolvida e habitada do Estado. [O Rio Acre é o rio da nossa vida].

### 2.1.2.3 Ribeirinhos

Estima-se que em toda a região Amazônica a população ribeirinha some mais de 600 mil pessoas. Nas Reservas Extrativistas do Brasil calcula-se a existência de 75 mil famílias, ou seja: 100 mil seringueiros, 60 mil castanheiros, 300 mil quebradeiras de coco, 400 mil garimpeiros e 700 mil agricultores (BRASIL, 2004). No Acre, a população ribeirinha está em torno de 85.262 habitantes, segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde (SESACRE) distribuídos conforme a Tabela 1.

**TABELA 1:** População Ribeirinha por Município do Acre - 2002

<b>Município</b>	<b>População Ribeirinha</b>
Acrelândia	1.427
Assis Brasil	692
Brasiléia	1060
Bujari	783
Cruzeiro do Sul	6.395
Capixaba	706
Epitaciolândia	126
Feijó	11.252
Jordão	4.270
Manoel Urbano	1.946
Mâncio Lima	2.333
Marechal Thaumaturgo	9.076
Plácido de Castro	-
Porto Acre	2.256
Porto Walter	6.868
Rio Branco	5.915
Rodrigues Alves	4.492
Senador Guimard	-
Sena Madureira	8004
Santa Rosa do Purus	1.866
Tarauacá	10.029
Xapuri	5.766
<b>Total</b>	<b>85.262</b>

**Fonte:** Acre em Números – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável – SEPLANDS /Coordenadoria de Controle de Grandes Endemias / Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, 2002

A ocupação das terras do Acre, como já exposto, se deu primeiramente através dos rios, em cujas margens formaram-se os seringais e posteriormente as

sedes dos primeiros municípios do Estado. A relação do ribeirinho com o rio, não se restringe à sua utilização como meio de locomoção. O cultivo contínuo da região de várzea no período de seca, a pesca e os banhos de rio fazem parte de sua rotina.

As populações ribeirinhas do acre, em sua maioria, têm ‘acesso’ a alimentos industrializados desde os tempos dos seringais, em função dos vapores e batelões (grandes barcos de atravessadores comerciais) que subiam e desciam os rios abastecendo as famílias e o comércio dessas localidades com gêneros alimentícios, tecidos, entre outros bens de consumo, produtos esses adquiridos com recursos da exploração da borracha na região.

#### 2.1.2.2 Comer, ser e saber na floresta

Segundo Freitas (2007) em etnografia observamos os modos como os grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o significado cotidiano. O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação.[...] A etnografia da nutrição estuda os sentidos e significados de uma dieta como produtos expressos pelos sujeitos (informação verbal)<sup>13</sup>.

Considerados como seres inferiores, estacionários e desprovidos de pensamento lógico, os povos da tradição são geralmente percebidos pela ausência de trabalho, de tecnologia, de cultura. Reduzidos meramente a seres pobres, vivendo no limite da sobrevivência, desconsidera-se que são portadores de formas culturais e racionalidade própria, mesmo que ameaçados pelos processos modernizantes que regem a lógica dominante, e que as desordens, as carências e insuficiências também movimentam esse mundo dos povos da tradição, E se por um lado o conhecimento tradicional é negado ou anulado pelo pensamento dominante, por outro, quando afirmado tal conhecimento é muitas vezes romanticamente idealizado, como se tais povos mantivessem uma relação mimética e harmônica com a natureza (CUNHA, 2008).

As expressões cognitivas dos povos tradicionais configuram-se como ricos e fecundos conhecimentos do mundo natural, com base em hipóteses e experimentos intelectivos e intuitivos construídos ao longo do tempo. Do ponto vista da razão ocidental, tais sociedades tendem a ser vistas sob dois ângulos: passivas na sua fun-

<sup>13</sup> FREITAS, Maria do Carmo Soares. **Informação verbal**. 2007 (Fundação Oswaldo Cruz – Diretoria Regional de Brasília, Curso de Pós-Graduação em Gestão de Políticas de Alimentação e Nutrição), Brasília, DF

ção de conservação da memória coletiva e original; ativas, somente enquanto representação do que foi, do que já existiu. Por isso, elas se inscrevem no presente apenas como prolongamento do passado. E quando não se modernizaram de acordo com padrões dominantes, são percebidas como atrasadas, pertencentes a um estágio evolutivo historicamente ultrapassado (CUNHA, 2008).

Na diversidade alimentar regional, a tendência é manter tradições e incorporar novos valores, para ressignificar as inscrições simbólicas dos alimentos por vários grupos sociais (FREITAS; PENA, 2007).

Esses pressupostos servem de pano de fundo para pensarmos sobre a tradição alimentar do nosso ribeirão, influenciados pelas origens indígenas, nordestinas, e posteriormente sulistas, sem contar com os portugueses e principalmente os sírio-libaneses até hoje presentes na nossa sociedade.

### 2.1.3 Métodos de mensuração da Insegurança Alimentar

Estado nutricional, disponibilidade financeira, e situação de acesso aos alimentos são freqüentemente utilizados como indicadores de insegurança alimentar de uma população. Conforme Perez-Escamilla (2005) existem 5 métodos mais consolidadamente utilizados para medir a insegurança alimentar (IA) de populações ou grupos, que são:

- a) o *método da FAO* (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) para estimar calorias disponíveis, *per capita* utilizando o balanço alimentar e pesquisas de renda familiar e gastos no domicílio. Permite medir tendências da disponibilidade calórica *per capita* nos países ao longo do tempo, e o custo é razoável. Esse método que funciona melhor quando aplicado em nível nacional, pois não permite a identificação de indivíduos ou famílias com IA, nem a desagregação dos dados sobre os indivíduos no nível regional, ou pro grupos de idade ou gênero;
- b) as *pesquisas de renda e gastos no domicílio*, que se baseiam em entrevistas nos domicílios, com levantamentos sobre: quantidade de dinheiro que se gasta com alimentos dentro e fora de casa, e com a satisfação de outras necessidades básicas. Permite identificar domicílios com IA, e a

construção de mapas de risco no nível local, regional ou nacional, servindo ainda para avaliar programas de suplementação alimentar e políticas de combate à pobreza. No entanto os dados primários obtidos refletem os alimentos disponíveis e não os consumidos, sendo também difícil estimar com confiança o consumo alimentar fora do domicílio, tampouco permite diferenciar o risco de IA dos diferentes indivíduos do domicílio;

- c) a *Pesquisa de consumo de alimentos*, que é um conjunto de métodos que medem mais de perto a situação de IA. O consumo de alimentos pode ser medido por meio de questionários ou formulários de registro onde o indivíduo anota o que consome a cada dia. Os métodos mais utilizados são o recordatório 24 horas e a frequência do consumo de alimentos, o que exige que o entrevistado registre e relate seu consumo durante o período de referência. Tais métodos tem grandes possibilidades de erros dependendo do grau de treinamento dos entrevistadores e da padronização dos procedimentos, além de depender da memória do indivíduo e da sua capacidade de relatar exatamente as porções alimentares consumidas.
- d) a *Antropometria*, que por definição é a mensuração do tamanho, peso e proporções do corpo humano, é um método que mede o estado nutricional do indivíduo afetado pela IA ou pelo seu estado de saúde. Os indicadores mais utilizados se baseiam na mensuração do peso e da estatura dos indivíduos (crianças ou adultos). Os indicadores antropométricos são excelentes indicadores de risco nutricional, permitem o monitoramento desde o nível nacional até o domiciliar e individual. No entanto não são indicadores diretos de IA devido à complexidade da sua interpretação com relação ao paradoxo que sugere que IA grave para adultos esta associada a adultos com baixo peso e a IA moderada se associa ao sobrepeso.
- e) a *Percepção da insegurança alimentar no domicílio* cuja metodologia foi desenvolvida na década de 1980, e vem sendo aprimorado e adaptado às diversas realidades dos países que a utilizam. Consiste numa escala de perguntas que foi obtida através de métodos de investigação qualitativos

e quantitativos. Essa escala contempla tanto a percepção de preocupação, quanto os problemas com a quantidade de alimentos e/ou qualidade da dieta. A maior qualidade deste método é sua capacidade de mensurar o fenômeno da IA, permite obter as dimensões físicas e psicológicas da IA, classificando os domicílios conforme sua vulnerabilidade ou risco de IA. Tem como desvantagem ser suscetível a vícios de 'prestígio' ou 'benefício', se os indivíduos que respondam às perguntas da escala achem que poderão receber ajuda alimentícia ou benefícios sociais dependendo da resposta que derem.

A escala de mensuração da insegurança alimentar (IA) do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA) têm sido utilizada nesse país desde a década de 1990. Essa escala foi adaptada e utilizada em diversos países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil. Em 2003, sob coordenação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), se efetuou a validação da escala americana com objetivo de adaptá-la à realidade brasileira, por se considerar necessário que o país tivesse medidas diretas da insegurança alimentar capazes de refletir os diferentes níveis e possibilidades de acesso aos alimentos, vivenciados pelas famílias brasileiras. Nesse sentido foram realizados painéis e grupos focais com a participação de especialistas e das comunidades envolvidas em 05 municípios brasileiros de regiões distintas, onde se discutiram conceitos chave e as perguntas constantes na escala de IA da USDA, criando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (E-BIA) (PEREZ-ESCAMILLA, 2005; UNICAMP, 2003; SEGALL-CORRÊA, 2007).

A etapa qualitativa de validação foi composta por quatro painéis com especialistas de várias áreas do conhecimento de interface com o tema Segurança Alimentar, seguidas de oficinas de trabalho (com a técnica de grupos focais). Os participantes dos painéis e a equipe de pesquisadores fizeram revisão geral do instrumento original disponível, discutiram estratégias de aplicação e adequação de indicadores sociais, demográficos e de consumo alimentar. Nos grupos focais buscou-se captar a compreensão habitual da população a respeito de conceitos contidos no questionário, além de outros indicados pelos especialistas. E avaliaram ainda cada uma das perguntas do questionário, modificando a linguagem e as opções de frequências referentes às respostas positivas. Ao final deste processo foi aprovado um

questionário contendo 15 perguntas sobre Insegurança Alimentar (IA) (UNICAMP, 2003; SEGALL-CORRÊA, 2007).

Na etapa quantitativa (inquérito rural e urbano) optou-se por amostras intencionais de domicílios, selecionadas para representar estratos sociais diferentes. Foram 1797 famílias entrevistadas em áreas urbanas e rurais. No questionário aplicado à população urbana, incluiu-se indicadores de renda e de consumo diário de alimentos. Naquele aplicado à população rural, além da renda e consumo de alimentos, foram utilizados indicadores sociais construídos a partir das características de produção rural, produção para auto-consumo e, também, pelas diferentes categorias sociais de trabalhadores, estas definidas de acordo com o seu modo de relação com a terra. A investigação no Mato Grosso e no interior do Amazonas foi realizada com amostra intencional de população de ribeirinhos, trabalhadores assentados e agricultores tradicionais. A consistência interna do questionário, tanto em população urbana quanto rural, foi alta, mostrando que o questionário adaptado e validado nos procedimentos qualitativos foi adequado às populações alvo. Os procedimentos de validação no Brasil da escala para medida de Insegurança Alimentar cumpriram todas as etapas previstas nas recomendações internacionais (UNICAMP, 2003).

A partir deste trabalho dispõe-se agora, no Brasil, de instrumento de pesquisa cientificamente testado para avaliar, monitorar e acompanhar, com indicadores diretos, as condições de segurança alimentar e os impactos das políticas sociais voltadas às famílias para o combate à fome e à miséria. Este instrumento poderá ser incorporado aos inquéritos populacionais nacionais e em pesquisas locais. A EBIA representa um indicador de alta confiabilidade e consistência, sendo um recurso de baixo custo e fácil uso para identificação de famílias sob risco de IA. Atualmente há vários projetos em andamento que utilizam a EBIA e sem dúvida esta será aprimorada à medida que for sendo usada. Assim, é muito importante que mais pesquisadores se interessem em aplicá-la, e testá-la em populações específicas, em grupos definidos, em municípios pequenos (UNICAMP, 2003; SEGALL-CORRÊA, 2007).

## **2.2 Metodologia**

Apresentamos uma proposta de pesquisa com abordagem qualitativa e quantitativa. Quantitativa para diagnosticar aspectos mais diretamente ligados à

SAN utilizando um instrumento de medida direta e simples como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Qualitativa para interpretar significados de práticas, motivações, rituais e crenças relativas ao **alimentar-se**, utilizando as técnicas de coleta de dados como entrevistas, observação participante e grupo focal.

### 2.2.1 O Campo, o rio

O diagnóstico da situação de segurança ou insegurança alimentar ora proposto será realizado junto às famílias de uma comunidade ribeirinha do Riozinho do Rôla, afluente do Rio Acre que passa na capital Rio Branco. O Riozinho tem sua localização na zona rural, bem próxima ao perímetro urbano, e sua escolha se deve em parte por seu contingente populacional significativo, e em virtude da possibilidade de acesso via fluvial no período de chuvas e via terrestre [em alguns trechos] no período da estiagem (verão amazônico). A população estimada nessa localidade é de 3.492 habitantes (SEPLANDS, 2005), segundo dados do ano de 2002 da SESA-CRE, conforme a Tabela 2.

**TABELA 2:** População ribeirinha, número de casas e número de localidade do Rio Acre por município do Acre, 2002

<i>Município</i>	<i>Região/Localização</i>	<i>Nº. de casas</i>	<i>Nº. de Localidades</i>	<b>População</b>
Assis Brasil	Rio Acre	179	7	692
Brasiléia	Rio Acre	362	10	1.060
Capixaba	Rio Acre	426	10	706
Epitaciolândia	Rio Acre	51	1	126
Porto Acre	Rio Acre	295	8	831
	Rio Acre	877	19	2.358
Rio Branco	Rio Acre (Rio Iquiri)	22	1	65
	Rio Acre (Riozinho do Rola)	1.176	25	3.492
Xapuri	Rio Acre	1.157	26	2.778
<b>Total</b>		<b>4.545</b>	<b>107</b>	<b>12.108</b>

**Fonte:** Acre em Números – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável – SEPLANDS /Coordenadoria de Controle de Grandes Endemias/Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, 2002.

### 2.2.2 O sujeito, o povo da beira do rio

A proposta é que as unidades de análise deste estudo sejam o indivíduo ribeirinho e a unidade doméstica. A escolha parte do pressuposto de que o indivíduo é a unidade fundamental para compreensão de qualquer política social e a unidade

doméstica “em função desta ter um papel privilegiado como principal lócus de produção e reprodução econômica, social, [cultural] e biológica destas populações” conforme MURRIETA (1998). Outras unidades de análise deverão ser a comunidade, agricultores ou colonos, e acreditamos que no decorrer da pesquisa aparecerão outras unidades de análises a partir dos dados obtidos.

Inicialmente propomos estimar a amostra em 10% dos domicílios da localidade Riozinho do Rôla, o que corresponderia a 117 unidades domiciliares, de acordo com os dados já citados na Tabela 2.

Os critérios para a seleção das unidades domésticas a serem estudadas deverão levar em consideração a disponibilidade dos membros da família em participar do trabalho; a estrutura da unidade familiar e a atividade econômica predominante (pesca, agricultura, etc.). Para esta seleção realizaremos reuniões de sensibilização e explicação sobre a proposta do diagnóstico em questão.

### 2.2.3 No Inverno ou no verão até 2010 - Plano de ação

Para a materialização desta proposta de diagnóstico se inicia a sensibilização dos possíveis atores e coadjuvantes pela [nossa casa] Secretaria de Estado de Saúde do Acre. Mais precisamente os Departamentos de Ações Programáticas e Estratégicas - onde a Divisão de Alimentação e Nutrição está inserida, bem como a Divisão de Saúde Itinerante - e o Departamento de Vigilância em Saúde, priorizando a Divisão de Vigilância Ambiental e a Divisão de Vigilância Epidemiologia. Far-se-á reuniões para exposição do Projeto e discussão de viabilidades e sugestões em virtude da experiência de alguns setores em trabalhos na zona rural, prioritariamente com os ribeirinhos, como é o caso da Vigilância Ambiental que coordena e controla as endemias comuns da nossa região como a Malária, e da Divisão de Saúde Itinerante que atende as populações mais distantes nos seringais, colocações e localidades de difícil acesso, levando assistência médica curativa e preventiva.

Encaminha-se o projeto para o Senhor Secretário de Estado de Saúde para conhecimento, convencimento, aval e apoio, e também para: a coordenação Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)<sup>14</sup> da Secretaria de

---

<sup>14</sup> Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre é um instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, recursos naturais e as

Meio Ambiente, considerando que a mesma poderá inserir este projeto ou parte dele em alguma das fases do ZEE, que se encontra atualmente na Fase II; a Secretaria de Planejamento de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SEPLANDS), por onde passam todos os projetos do governo e onde a viabilidade financeira poderá ser discutida; a FUNASA, em virtude da sua atuação junto aos povos indígenas e larga experiência em atendimento fluvial; e apresentaremos aos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estadual e da capital Rio Branco para conhecimento e apoio político.

Concomitante a esse movimento de explanação e convencimento quanto à relevância da proposta ora apresentada faremos um levantamento minucioso de todos os dados disponíveis sobre aquela população, nas diversas secretarias estaduais e municipais, bem como aos sistemas de informação existentes priorizando os do setor saúde e os do ZEE.

Em seguida se definirá toda a metodologia a ser utilizada, considerando o já exposto nesta proposta, para o momento quantitativo desse diagnóstico será utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. E os instrumentos da parte qualitativa, serão a princípio: observação participante, entrevistas informais entrevistas semi-estruturadas (composta de perguntas abertas e fechadas) e grupos focais. Consideramos que, conforme Guerriero (2008) a estratégia para obter esses dados qualitativos podem ir se modificando de acordo com a perspectiva dos participantes e o andamento da mesma.

Por definição, as abordagens qualitativa e quantitativa em pesquisa encerram conjuntos de práticas interpretativas, denominados métodos, que, em tese, não se prendem a único campo do conhecimento; entendido aqui o conhecimento como área fronteira de manifestação dos processos de produção científica (LANDIM, 2006).

### 2.2.3.1 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

A EBIA consiste num questionário estruturado, cujas perguntas são feitas diretamente a uma pessoa da família, objetivando captar a percepção da segurança e insegurança alimentar. A insegurança alimentar medida pela escala apresenta-se em um gradiente de severidade, iniciando pelo receio da pessoa de que a família

---

relações entre a sociedade e a natureza, que servem como subsídio para negociações entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável.

venha a sofrer privação alimentar no futuro próximo, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta e pela limitação da quantidade de alimentos consumidos no domicílio, chegando até o nível mais grave da insegurança alimentar, que é fome entre adultos e/ou crianças da família. A partir da somatória do número de respostas positivas às questões e pontos de corte preestabelecidos, obtêm-se esses gradientes de (in) segurança alimentar, conforme explicado no Quadro 1, a seguir (SAMPAIO et al. 2006)

<p>1. Segurança Alimentar – Todas as respostas aos itens da EBIA são negativas. Neste caso não há problema de acesso aos alimentos em termos qualitativos ou quantitativos e não há preocupação de que os alimentos venham a faltar no futuro.</p> <p>2. Insegurança Alimentar leve – De uma a cinco respostas positivas aos itens. Há preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo e arranjos domésticos para que os alimentos durem mais.</p> <p>3. Insegurança Alimentar moderada – De seis a dez respostas positivas aos itens. Nesta situação há comprometimento da qualidade da alimentação, na busca de manter a quantidade necessária. Neste nível da insegurança, inicia-se a redução da quantidade de alimentos entre os adultos da família.</p> <p>4. Insegurança Alimentar grave – De onze a quinze respostas positivas aos itens. Condição em que há restrição da quantidade de alimentos, levando à situação de fome entre adultos e crianças da família.</p>
---

**Quadro 1:** Gradiente de (in) segurança alimentar da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).  
**Fonte:** SAMPAIO, Maria de Fátima Archanjo et al. **(In) Segurança Alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v 13(1): 64-77, 2006.

No âmbito do domicílio está o indicador de percepção da segurança/insegurança alimentar, que é a medida direta dessa condição na família ou no domicílio. Representa um indicador de alta confiabilidade e consistência, sendo esse o ambiente de aplicação da EBIA, que é um recurso de baixo custo e fácil uso para identificação de famílias sob risco de IA (SEGALL-CORRÊA, 2007).

A Aplicação da EBIA junto à comunidade definida nesta proposta objetiva descobrir se há insegurança alimentar e em que grau, bem como se sua utilização estará adequada àquele contexto.

Um segundo momento da pesquisa será a investigação etnográfica das comunidades estudadas, com as técnicas anteriormente expostas de observação participante, entrevistas informais e semi-estruturadas, objetivando coletar informações

sobre suas histórias de vida, origens, sentimentos, expectativas, motivações e preferências individuais. Em função da distribuição espacial das unidades domésticas ser, em sua maioria, muito dispersa, faz-se necessário bom treinamento da equipe de campo no que concerne aos métodos de abordagem, técnicas de grupo focal, antropometria, etnográficas entre outras.

#### 2.2.3.2 Sobre Grupos Focais

O grupo focal é um método de pesquisa qualitativa que vem sendo adotado nas ciências sociais e na área da saúde há mais de duas décadas. Envolve entrevistas coletivas objetivando compreender opiniões, sentimentos, percepções, atitudes e experiências relacionadas a temas de interesse para os pesquisadores. O grupo focal é particularmente útil quando existem diferenças de poder entre participantes e profissionais ou gestores, quando a linguagem cotidiana e a cultura de um grupo específico são de interesse para a pesquisa (SAMPAIO et al. 2006).

O grupo focal pode ser utilizado no entendimento das diferentes percepções e atitudes acerca de um fato, prática, produto ou serviço. A essência do grupo focal consiste justamente na interação entre os participantes e o pesquisador, que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos. A coleta de dados através do grupo focal tem como uma de suas maiores riquezas basear-se na tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos (IERVOLINO; PELICIONI, 2001).

Por definição, as abordagens qualitativa e quantitativa em pesquisa encerram conjuntos de práticas interpretativas, denominados métodos, que não se prendem a único campo do conhecimento. A utilização de uma única abordagem em pesquisa pode ser insuficiente para abarcar toda a realidade observada. Portanto, elas podem e devem ser utilizadas, como complementares, sempre que o planejamento da investigação esteja em conformidade, num modelo dialógico que implica na integração entre métodos de diferentes abordagens (LANDIM, 2006).

O processo de definição metodológica, treinamento e nivelamento de informações para e entre os responsáveis pela pesquisa, executores e colaboradores, e da análise dos dados obtidos contará com o apoio técnico-científico de especialistas

por meio de convite ou contrato com universidades e outras instituições de pesquisas.

E escolha por aplicar dois métodos para a obtenção do diagnóstico ora proposta se deve em razão de que a EBIA por si somente não nos subsidiará com os aspectos sociais e culturais que pretendemos apreciar, considerando todo o exposto acima e ainda por que os aspectos etnográficos não poderão ser obtidos senão com a aplicação de metodologias qualitativas complementares, aumentando a robustez das informações colhidas.

#### 2.2.3.3 Quanto custa

Os cálculos deste diagnóstico foram estimados em trinta mil reais, considerando a logística que envolve aluguel de barcos, combustível, assessorias técnicas, materiais de consumos etc. Uma proposta detalhada deste orçamento será realizada quando o projeto for discutido com os setores parceiros, objetivando definir qual a parcela de compromisso técnico e financeiro de cada componente institucional.

### 2.3 Aspectos Éticos

“O indivíduo é sempre em contexto” (GUERRIERO, 2008).

Este projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Hospital Estadual do Acre (FUNDHACRE), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Saúde do Acre para aprovação, conforme Resolução 196, de 1996 do Ministério da Saúde.

Esta proposta de diagnóstico considera que o pesquisador tem a responsabilidade de pactuar as questões éticas de seu estudo junto à comunidade estudada, onde o comitê se encontra instalado. O consentimento livre e informado do participante da pesquisa é de fundamental importância devendo ser obtido nos moldes negociados entre pesquisador e pesquisado(s). Esta proposta prevê o respeito ao padrão cultural dos pesquisados.

## 3 CONCLUSÃO

### 3.1 Análise de Viabilidade de Implementação

Etapas do projeto Proposta de Diagnóstico da situação de segurança ou insegurança alimentar junto á população do Riozinho do Rôla – Acre:

- a) *sensibilização*: apresentar o projeto à Secretaria de Estado de Saúde (SESACRE), à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável (SEPLANDS), à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e ao Conselho Estadual e Municipal (Rio Branco) de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA – AC e COMSEA), para sensibilização e mobilização de parceiros e parceiras;
- b) *levantamento de dados* operacionais, logísticos e indicadores relacionados à comunidade em questão;
- c) *metodologia*: ajustes quanto aos instrumentos metodológicos nas distintas abordagens, qualitativa e quantitativa, e definição de amostra quantitativa;
- d) *viabilização de recursos (materiais e simbólicos)*: recursos humanos da SESACRE, convocação de voluntários acadêmicos das Ciências Sociais da Universidade Federal, composição da equipe com técnicos das secretarias supracitadas que poderão ser disponibilizados; quanto aos recursos financeiros estes serão oriundos de várias fontes através das parcerias entre as Secretarias envolvidas, a SESACRE (materiais de consumo, computadores, carros, combustível para carro e barco, certificados), a FUNASA e Setor de Hidrovias do Departamento de Estradas de Rodagem do Acre (DERACRE) (logística de barcos e itinerários). Solicitaremos apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome (MDS), da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério

da Saúde (CGPAN/MS), e apoio institucional dos Departamentos de Ciências Sociais, de História e de Saúde da Universidade Federal do Acre.

### 3.1.1 As Pedrinhas no caminho

Os possíveis obstáculos se constituirão na definição pessoal de prioridades de cada Secretário de Estado, em virtude do projeto ser apresentado após o Planejamento Estratégico do Governo do Acre realizado em 2007. Outro problema é a falta de conhecimento pelos gestores sobre a temática segurança alimentar em toda sua plenitude, bem como a burocracia da máquina estatal no que concerne à viabilidade de gastos com uma ação que de imediato possa não lhes parecer relevante e consistente.

### 3.1.2 O Adjunto

No Acre ‘adjunto’ quer dizer uma força-tarefa. Nas colocações, nos seringais essa expressão era e é utilizada para designar uma conjunto de forças, de pessoas para realizar um roçado, um empate, ou o que quer que seja.

Como elementos favoráveis a este projeto elegemos o mote usado pelo governo de Binho Marques: ‘Com todos e para todos’, e ainda o seu discurso repetido em cada oportunidade segundo o qual o “Acre será o melhor lugar para viver na Amazônia até 2010”. Acredita-se que a CGPAN/MS e o MDS também serão parceiros fortes e poderão inclusive atuar na sensibilização e convencimento.

Ressalte-se que muitos dos investimentos nos projetos de desenvolvimento sustentável no Acre são oriundos de organismos internacionais como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, esses organismos [que reconheço com reservas a lógica dos seus investimentos] têm colocado para a gestão do Estado a importância e a necessidade de melhoria nos indicadores sociais. Acreditamos que um projeto como esse pode servir como importante fonte de informação para a aplicação de programas, projetos e políticas de melhoria da vida dessas populações

ribeirinhas, produzindo inclusive indicadores de IA que poderão ser incluído nos Indicadores de Sustentabilidade dos Municípios do Acre proposto no ZEE<sup>15</sup>.

A experiência dos técnicos da Gerência de controle de Endemias da SESA-CRE, a maioria oriundos da FUNASA, bem como os técnicos dessa última, nas ações itinerantes pelos rios nos garantem um grande aporte logístico e emocional na execução desse diagnóstico.

### 3.2 Cronograma

As ações e atividades serão detalhadas a partir da aprovação da proposta pelo Governo do Estado do Acre, e serão executadas conforme cronograma exposto no quadro abaixo:

Ações/Etapas	Período em meses*									
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Apresentação e Sensibilização	x	x	x							
Levantamento de dados	x	x								
Definição dos instrumentos metodológicos:	x	x								
Viabilização de recursos (materiais e simbólicos)		x	x	x	x	x				
Execução – trabalho de campo*					x	x	x	x		
Execução – análise dos dados coletados							x	x	x	
Apresentação do diagnóstico para a comunidade										x
Apresentação e divulgação dos resultados										x

\*Após a aprovação da proposta e viabilização dos recursos financeiros

**Quadro 2:** Cronograma de implementação do projeto.

<sup>15</sup> Para que Governo e Sociedade pudessem avaliar o Desenvolvimento Sustentável do Acre, no âmbito do ZEE foi criado o sistema de indicadores de sustentabilidade, que orientou o processo para a definição do Índice de Desenvolvimento Sustentável do Acre. São seis sub-grupos de variáveis: Infra-estrutura, Demografia, Intensidade de Uso, Social, Economia e Ocupação, posse e uso da Terra. O grupo relativo à dimensão social foi sub-dividida em quatro grupos: saúde, educação, segurança e saneamento. A integração dessas variáveis permitiu estruturar um indicador denominado de Indicador Síntese de Sustentabilidade dos Municípios do Acre. Essa metodologia está em permanente discussão com a sociedade, e novas variáveis deverão ser incorporadas para a construção de novos indicadores e/ou reformulação dos indicadores propostos, de forma que o indicador síntese seja o mais representativo possível da realidade (AMARAL, 2006). Trabalho não publicado

### 3.3 Considerações Finais

O desenvolvimento de pesquisas com abordagens que coadunem a investigação da insegurança alimentar e seus determinantes a partir de uma metodologia quantitativa como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e a identificação com maior profundidade dos fatores determinantes e significantes dessas formas de insegurança ou de se sentir inseguro do ponto de vista alimentar, por meio de uma abordagem qualitativa, resultará em uma contribuição mais consistente para o conhecimento acerca das relações entre os dados epidemiológicos e etnográficos encontrados e a situação posta, possibilitando por sua vez a realização do direito humano à alimentação adequada, garantindo assim a Segurança Alimentar e Nutricional para essa população que queremos estudar.

Esperamos que tais perspectivas sejam possíveis como ações de saúde para essas populações específicas e que possam sem quaisquer prejuízos socioculturais reverter o quadro de insegurança alimentar instalado há tanto tempo nesses grupos, por sua inserção, ou não, no processo produtivo e a não inclusão de políticas públicas suficientes.

### 3. 4 Referências

ACREa, GOVERNO DO ESTADO DO. **Portal de Informações do Governo do Estado do Acre – Sobre o Acre**. Disponível em: <[http://www.ac.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1392](http://www.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1392)>. Acesso em: 12 abr. 2008.

ACREb, GOVERNO DO ESTADO DO. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico: aspectos socioeconômicos e ocupação territorial, 1ª fase, Vol. II**, Rio Branco: SECTMA, 2000.

ACREc, GOVERNO DO ESTADO DO. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico: recursos naturais e meio ambiente, 1ª fase, Vol. I**, Rio Branco: SECTMA, 2000.

ACREd, GOVERNO DO ESTADO DO. **Portal de Informações do Governo do Estado do Acre – Sobre o Acre: Histórico**. Disponível em: <[http://www.ac.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1392#historico1](http://www.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1392#historico1)>. Acesso em: 12 abr. 2008.

ACREe, GOVERNO DO ESTADO DO. **Portal de Informações do Governo do Estado do Acre – Sobre o Acre: Terras Indígenas**. Disponível em: <[http://www.ac.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1392#terras1](http://www.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1392#terras1)>. Acesso em: 17 abr. 2008.

ACREf, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO . **STF reconhece novo mapa do Acre**. Disponível em: <<http://www.aleac.ac.gov.br/aleac/index.php?option=comcontent&task=view&id=591&Itemid=28>>. Acesso em 03 de maio de 2008.

ACREg, GOVERNO DO ESTADO DO. **Portal de Informações do Governo do Estado do Acre – Planejamento Estratégico 2007 - 2010**. Disponível em: <[http://www.ac.gov.br/images/stories/plan\\_estrat\\_gov\\_acre\\_2007\\_2010\\_vf.pdf](http://www.ac.gov.br/images/stories/plan_estrat_gov_acre_2007_2010_vf.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2008.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui Sérgio S.; SANCHES, Rosely Alvim. **Agricultura e alimentação em populações ribeirinhas das várzeas do Amazonas: novas perspectivas**. Ambient. Soc., Campinas, v. 8, n. 1, 2005.

ALENCAR, Fernando Hélio et al. **Determinantes e conseqüências da insegurança alimentar no Amazonas: a influência dos ecossistemas**. Acta Amazônica, INPA, v. 37(3), 2007. p. 413 – 418.

AMARAL, Eufra Ferreira do et al. **Indicador de Sustentabilidade dos Municípios do Acre – ISMAC**. In: Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II – Documento Síntese. Rio Branco: SEMA/IMAC. Artigo produzido para o ZEE Fase II, 2006. p. 315 (Trabalho não publicado).

BARRETO, Sandhi Maria et al. **Análise da estratégia global para alimentação, atividade física e saúde, da Organização Mundial da Saúde**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 14(1), 2005. p. 41 – 68.

BINHO cumpre à risca planejamento e empossa secretários. **Jornal Página 20**, Rio Branco, 2 mar. 2007. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/pagina20/02032007/especial.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Políticas de Saúde para a População do Campo**. In: 12ª Conferência Nacional de Saúde - Relatório Final, Brasil, 2004.

BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana. **Segurança, seguridade e direito: as diferentes faces da questão alimentar e nutricional**. In: Observatório da Cidadania – Relatório 2004 – Medos e Privações: Obstáculos à segurança humana. Uru-guai: IteM / Brasil: Ibase, 2004. p. 61 – 66.

CLAY, Jason; SAMPAIO, Paulo; CLEMENT, Charles. **Biodiversidade Amazônia: Exemplos e estratégias de utilização**. Programa de Desenvolvimento Empresarial Tecnológico. [Manaus]: SEBRAE. 2000. 409p.

COSTA, Christiane. **Apresentação**. In: Alimentação, nutrição e políticas públicas – Cadernos de Proposições para o Século XXI. São Paulo: Instituto Pólis, 2003. p.11-16.

CUNHA, Lúcia helena de Oliveira. **Diálogo de saberes na pedagogia ambiental - transpondo dicotomias**. Disponível em:<[http://www.pnuma.org/educamb/documentos/Dialogo\\_saberes.pdf](http://www.pnuma.org/educamb/documentos/Dialogo_saberes.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2008.

DUARTE, Alejandro Fonseca, et al. **Medições de Vazão e Pluviometria na Bacia do Rio Acre, Amostragem e Análise Físico-Química da Água. 2007**. Disponível em: <<http://acreibioclimate.pro.br/Medicoes%20de%20vazao%20no%20Rio%20Acre.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2008.

FEITOSA, Francisca Corina de Azevedo. **A Expansão do Capitalismo na Amazônia**. In: MONTENEGRO, Antônio Torres et al. Senhores da Rua: o imaginário dos meninos e meni-nas de (na) rua da cidade de Rio Branco. Rio Branco : Globo, U-FAC/CDIH, 1996. p. 20 – 42.

FISCHLER, Claude. Présentation. Communications. Paris, 31, 1979. p. 1 – 3.

FREITAS, Maria do Carmo Soares. **Informação verbal**. 2007. (Fundação Oswaldo Cruz – Diretoria Regional de Brasília, Curso de Pós-Graduação em Gestão de Políticas de Alimentação e Nutrição), Brasília, DF

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; PENA, Paulo Gilvane Lopes. **Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura**. Rev. Nutr., Campinas, 20(1), p. 69 - 81, jan./fev., 2007

GARINE, Igor de. **Alimentação, culturas e sociedades**. O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, v. 15(7), 1987. p. 4 – 7.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito. **Síntese das reflexões da reunião sobre ética em pesquisa qualitativa em Saúde, Guarujá, SP**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232008000200021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200021&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jul. 2008.

IERVOLINO, Solange Abrocesi; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde**. Rev Esc Enf USP, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ac>>. Acesso em: 03 de maio de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF 1974 - 1975**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de indicadores 2004**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=600&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=600&id_pagina=1)>. Acesso em: 28 maio 2008.

LANDIM, Fátima Luna Pinheiro et al. **Uma Reflexão Sobre as Abordagens em Pesquisa com Ênfase na Integração Qualitativo-Quantitativa**. RBPS, Fortaleza, v 19 (1) : 53-58. 2006. Disponível em: <<http://www.unifor.br/notitia/file/766.pdf>>. Acesso em 06 jul. 2008.

LE BIHAN, Geneviève; DELPEUCHE, Francis; MAIRE, Bernard. **Alimentação, Nutrição e políticas públicas – Cadernos de Proposições para o Século XXI**. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.132p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia, Estado, Homem, Natureza**. Belém : CEJUP (Coleção Amazônia 1), 1992.

MACHADO, Altino. Altino Machado Jornalista. **Discurso de Posse do Governador Binho Marques**. Rio Branco: 1º de janeiro de 2007. Disponível em: <[http://altino.blogspot.com/2006/12/binho-marques\\_31.html](http://altino.blogspot.com/2006/12/binho-marques_31.html)>. Acesso em: 23 mar. 2008.

MACIEL, Maria Eunice; MENASCHE, Renata. **Alimentação e cultura, identidade e cidadania. Você tem fome de quê?** In: Democracia Viva – Especial Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: Ibase, 2003. p. 3 – 7.

MEDEIROS, Océlio. **A Represa**. Rio de Janeiro : Editora Irmãos Pongetti, 1942.

MEGGERS, Betty. **Amazônia, a Ilusão de um Paraíso Perdido**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1987.

MENEZES, Francisco. **Fome Zero: risco e oportunidade**. In: Democracia Viva – Especial Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: Ibase, 2003. p. 51.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. **O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, Nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará**. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 41, n. 1, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003477011998000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003477011998000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 Jun 2008.

NEGRI, Barjas; GIOVANNI, Geraldo Di (Org.). **Brasil: Radiografia da Saúde**. Campinas: UNICAMP, IE., 2001. p. 99 -102.

NEVES, Marcus Vinícius. **Uma breve história da luta acreana**. Disponível em: <[http://www.ac.gov.br/bibliotecadafloresta/biblioteca/index.php?option=com\\_content&task=view&id=114](http://www.ac.gov.br/bibliotecadafloresta/biblioteca/index.php?option=com_content&task=view&id=114)>. Acesso em: 10 jun. 2008.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Novas Políticas para Antigos Problemas**. In: Democracia Viva – Especial Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: Ibase, 2003. p. 32 – 37.

PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael. **Experiência internacional com a escala de Percepção da Insegurança Alimentar**. In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – n.2 (2005) – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

SAMPAIO, Maria de Fátima Archanjo et al. **(In)Segurança Alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v 13(1): 64-77, 2006.

SCARCELLO, J. A. **Proposta de um Recorte de Bacias Hidrográficas para o Estado do Acre, no âmbito do ZEE Fase II**. Rio Branco: SEMA/IMAC. Artigo produzido para o Zoneamento Ecológico-Econômico Fase II, 2006 (Trabalho não publicado).

SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS. **Mapa Acre Novos Limites.pdf**. In: Governo do Estado do Acre – Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Disponível em: <[http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com\\_remository&Itemid=0&func=fileinfo&id=2](http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com_remository&Itemid=0&func=fileinfo&id=2)>. Acesso em 27 jun. 2008

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. **Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas**. Estud. Av. , São Paulo, v. 21, n. 60, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142007000200012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142007000200012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jun. 2008.

SEPLANDS, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Acre em Números 2005**. Rio Branco: GEPAG/SEPLANDS, 2005. 143p.

SILVA, Hilton. **A saúde humana e a Amazônia no século XXI: reflexões sobre os objetivos do milênio**. Novos Cadernos NAEA. v. 9, n. 1, jun. 2006. p. 77- 94.

SOUZA, Herbet; RODRIGUES, Carla. **Ética e Cidadania**. Coleção Polêmica, Editora Moderna : São Paulo, 1994

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Acompanhamento e a validação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação**. Relatório Técnico. Campinas. UNICAMP, 2003.